



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 06

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 27 DE MARÇO DE 2013

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	3
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	3
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	4
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2013.....	4
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	4
4.1 Processo n.º PD.11/13 – Maria Ana Pontes Dias Neves – Projeto de decisão de emissão de parecer relativo ao aumento de número de compartes	4
4.2 Alvará de loteamento n.º 1/2012 – Homologação do auto de vistoria da receção parcial provisória das obras de urbanização e redução de caução	5
4.3 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1269533.....	7
4.4 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1276278.....	7
4.5 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1280314.....	8
4.6 Abertura de concurso interno de ingresso – 2 fiscais municipais de 2.ª classe	9
4.7 Processo disciplinar n.º 3/2012, arguido: Joaquim Fernando Fina Gomes	10
4.8 Processo disciplinar n.º 4/2012, arguidos: Paulo Jorge Nogueira de Jesus e José Correia de Almeida	11
5. INFORMAÇÕES	12
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE.....	18
ENCERRAMENTO	20

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e treze, no Centro Comunitário do Passil, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Susana Isabel Freitas Custódio, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

Não compareceu o senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro, por motivo considerado justificado.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia o senhor vereador António Dias dos Santos Maduro questionou por que razão os semáforos no Canto do Pinheiro estão desligados há cerca de 15 dias.

O senhor vereador José Luís Alfélua esclareceu que, relativamente a essa questão, os semáforos tiveram, efetivamente, uma avaria, foi efetuada a reparação, estiveram cerca de 3 dias a funcionar e, depois, entraram em curto-circuito tendo, por isso, de ser desligados. A empresa já foi contactada a fim de ser resolver o problema e, neste momento, aguarda-se essa resolução.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €646.926,98 (seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e vinte e seis euros e noventa e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou a Câmara que, entre os dias 13/03/2013 e 26/03/2013, autorizou o pagamento da despesa, no valor de €727.090,64 (setecentos e vinte e sete mil e noventa euros e sessenta e quatro cêntimos), a que correspondem as ordens de pagamento emitidas do número 653 ao número 789.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 13 de março de 2013

Submetida à discussão e deliberação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 13 de março de 2013, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Processo n.º PD.11/13 – Maria Ana Pontes Dias Neves – Projeto de decisão de emissão de parecer relativo ao aumento de número de compartes

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. Através do requerimento n.º 132/13, de 5 de fevereiro, a Sr.ª Maria Ana Pontes Dias Neves submeteu à apreciação da Câmara Municipal um pedido de emissão de parecer relativo ao aumento de número de compartes, do prédio misto sito em Brejo Comprido, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcochete sob o n.º 3779/20080310, inscrito na Matriz n.º 1023, propriedade de Júlio Manuel Marques de Albuquerque e mulher Maria Beatriz Neves Afonso.
2. A pretensão tem como objetivo a aquisição do referido prédio por Mercedes da Conceição dos Anjos Gonçalves Catarino e seus irmãos Maria dos Anjos

A. G. Catarino e José Pedro A. Gonçalves Rafael, para exploração agrícola não se pretendendo efetuar qualquer fracionamento do mesmo.

3. A pretensão insere-se num prédio misto, com a área total de 211,500 m², constituído por parte rústica e parte urbana, com três compartimentos e outras dependências agrícolas, confrontando a Sul com Estrada Nacional N.º 5.
4. De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou ampliação do número de partes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios.”

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003 de 23 de agosto, emitir parecer favorável à venda da propriedade e a constituição de compropriedade ou aumento de número de partes, uma vez que não resulta parcelamento físico em violação do referido regime.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.2 Alvará de loteamento n.º 1/2012 – Homologação do auto de vistoria da receção parcial provisória das obras de urbanização e redução de caução

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. Através do requerimento n.º 204 de 2013/02/22, a Nenacol – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda., submeteu à apreciação da Câmara

Municipal um pedido de receção provisória e parcial das obras de urbanização tituladas pelo alvará de loteamento n.º 1/2012.

2. Procedeu-se à vistoria prevista nos termos do n.º 2 do artigo 87.º do RJUE, tendo a respetiva comissão concluído que as obras de urbanização em causa, se encontram executadas de acordo com os projetos aprovados e não apresentam quaisquer deficiências.

Face ao exposto, considerando que estão preenchidos os pressupostos legais e regulamentares aplicáveis, julgam-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal delibere nos termos dos artigos 87.º e 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas no atual quadro legal, pelo que tenho a honra de propor:

1. Que seja homologado o auto de vistoria para receção provisória das obras de urbanização;
2. Que na sequência da receção parcial provisória das obras de urbanização, que seja autorizada a redução da caução no valor de €250.026,52 (duzentos e cinquenta mil e vinte seis euros e cinquenta e dois cêntimos), inicialmente prestada, sob a forma de numerário no valor de €307.000, 63 (trezentos e sete mil euros e sessenta e três cêntimos), ficando um valor remanescente de €56 974,13 (cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro euros e treze cêntimos), destinado a garantir a conclusão das obras relativo aos arruamentos e sinalização e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos e sinalização, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, arranjos exteriores, gás, telecomunicações e eletricidade.»

Submetido o assunto à discussão e votação, a Câmara deliberou homologar a auto de vistoria e aprovar a redução de caução, por unanimidade.

4.3 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1269533

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1269533, Manuel Joaquim Baltazar, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €54,60.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 5 prestações no valor de €10,92 cada ($€54,60 / 5 = €10,92$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.4 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1276278

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1276278, João Paulo Ferreira de Almeida (usufrutuário) em nome de Maria

de Fátima Vivas de Oliveira (proprietária), veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;

2. A dívida é no valor de €57,60.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €5,76 cada ($€57,60 / 10 = €5,76$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.5 Fracionamento do pagamento da dívida de abastecimento de água – cliente n.º 1280314

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alféua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que a sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1280314, Mário Almeida Nascimento, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €231,29.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €23,13 cada ($€231,29 / 10 = €23,13$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.6 Abertura de concurso interno de ingresso – 2 fiscais municipais de 2.ª classe

Pelo senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando:

1. Que no Mapa de Pessoal, aprovado em reunião de Câmara de 17/12/2012 e em Assembleia Municipal de 27/12/2012, constam 2 vagas de Fiscais Municipais (carreira não revista) a tempo indeterminado;
2. Que no orçamento para 2013 as despesas destinadas a suportar o preenchimento destes novos postos de trabalho foram dotadas nas respetivas rubricas da Orgânica Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, verba essa que se encontra cabimentada e comprometida;
3. Uma vez ponderada a carência de fiscais municipais na autarquia face às manifestas necessidades em assegurar o cumprimento das obrigações da prestação de serviço público, legalmente estabelecida,

Propõe-se:

Que a Câmara Municipal de Alcochete, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, em articulação com o n.º 1 artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, alterada pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, delibere sobre a abertura do concurso interno de ingresso para dois lugares de fiscal municipal, no regime de contrato de trabalho em funções por tempo indeterminado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, dado tratar-se de uma carreira não revista, no âmbito do Decreto-Lei n.º 121/2008 de 11 de julho.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 2 abstenções do PS e 4 votos a favor da CDU.

4.7 Processo disciplinar n.º 3/2012, arguido: Joaquim Fernando Fina Gomes

Pelo senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foi proposto o seguinte assunto:

«Por despacho do vereador, senhor Jorge Manuel Giro, proferido em 19 de julho de 2012, foi mandado instaurar processo disciplinar a Joaquim Fernando Fina Gomes.

Foram efetuadas todas as diligências que se consideraram pertinentes para a descoberta da verdade, designadamente, inquirição de testemunhas, e recolha de prova documental.

O trabalhador foi notificado da acusação, tendo em devido tempo apresentado a sua defesa.

Em 4 de fevereiro de 2013 foi elaborado o relatório final, que se junta e se dá por integralmente reproduzido, no qual se conclui que face os factos apurados praticados pelo trabalhador constituem infração disciplinar por violação, por negligência, dos deveres de prossecução do interesse público, de zelo e de lealdade.

Tendo em consideração a finalidade característica das medidas disciplinares a qual (segundo Vasconcelos Abreu, “Para o estudo do Procedimento Disciplinar, no Direito Administrativo Português, p. 43) “*se traduz na prevenção especial ou correção motivando o agente administrativo que praticou a infração disciplinar para o cumprimento no futuro dos seus deveres*”, bem como o facto das “*penas terem uma função essencial e primordialmente educativa*” (leal-Henr., proc. dis. anotado), atento ao teor do relatório final elaborado, propõe-se aplicação da pena de

Repreensão Escrita, prevista no artigo 9.º da alínea a) do Estatuto Disciplinar, Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.

De acordo com o n.º 4 do artigo 14.º, a competência para aplicação das penas previstas no Estatuto Disciplinar, aos trabalhadores e agentes, é do órgão executivo da autarquia.

Assim, propõe-se que o executivo municipal aprove a aplicação de pena de repreensão escrita.»

Submetido à discussão e votação, por escrutínio secreto, foi obtido o resultado de 4 votos a favor e 2 votos em branco, ficando, desta forma, aprovado o assunto proposto. O referido relatório final fica anexo a esta ata como **Doc. 1**.

4.8 Processo disciplinar n.º 4/2012, arquidos: Paulo Jorge Nogueira de Jesus e José Correia de Almeida

Pelo senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foi proposto o seguinte assunto:

«Por despacho do vereador, Senhor Jorge Manuel Giro, proferido em 19 de julho de 2012, foi mandado instaurar processo disciplinar aos trabalhadores Paulo Jorge Nogueira de Jesus e José Correia de Almeida.

Foram efetuadas todas as diligências que se consideraram pertinentes para a descoberta da verdade, designadamente, inquirição de testemunhas.

Os visados foram notificados da acusação, tendo o trabalhador Paulo Jorge Nogueira de Jesus, em devido tempo, apresentado a sua defesa.

Em 14 de dezembro de 2012 foi elaborado o relatório final, que se junta e se dá por integralmente reproduzido, no qual após análise dos factos apurados, se conclui pela insubsistência da acusação e aplicação do princípio *in dubio pro reo*, o qual

expressa o princípio da presunção da inocência, intimamente ligado ao princípio da legalidade, pelo que se propõe o arquivamento dos autos.

Assim, propõe-se que o executivo municipal aprove o arquivamento do presente processo.»

Submetido à discussão e votação, por escrutínio secreto, foi obtido o resultado de 4 votos a favor e 2 votos em branco, ficando, desta forma, aprovado o assunto proposto. O referido relatório final fica anexo a esta ata como **Doc. 2**.

5. Informações

Pelo senhor presidente da Câmara foram prestadas as seguintes informações:

1– Regeneração da Frente Ribeirinha da Vila de Alcochete

«Começaram, no dia 25 de março, as obras de requalificação e regeneração da Frente Ribeirinha da Vila de Alcochete.

A Câmara Municipal apresentou um programa de ação em 2009, que foi aprovado, e que se traduziu na apresentação de candidaturas várias.

Estas obras são o resultado de uma candidatura apresentada pela Câmara e por diversos parceiros da Câmara Municipal, a saber: A Administração do Porto de Lisboa, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, a Fundação João Gonçalves Júnior e, também, a Santa Casa da Misericórdia.

São obras que se decompõem em cinco intervenções, em particular, mas que se conjugam: umas da responsabilidade da Câmara, outras da responsabilidade da APL. Da responsabilidade da Câmara Municipal serão realizadas obras de requalificação da rua do Norte, que consistirão na colocação de um coletor em toda a extensão da rua do Norte até à antiga escola Conde Ferreira, na colocação de um

novo pavimento nessa rua (substituição do asfalto betuminoso por pedra granítica), por uma pequena requalificação paisagística no largo da Cova da Moura, com a colocação de contentores subterrâneos e também, na colocação de novos candeeiros de iluminação pública e de novas pedras de capeamento no cimo da muralha existente no local. Também da responsabilidade da Câmara Municipal é a requalificação do largo da Misericórdia, que passa por uma requalificação mais ao nível do piso da rede viária e dos espaços para circulação pedonal. A outra operação da responsabilidade da Câmara é a requalificação paisagística do avanço de 15 metros da muralha da avenida D. Manuel I, avanço, esse, que é da responsabilidade da Administração do Porto de Lisboa (a Câmara trata, depois, da superfície desse avanço) e, também, da Administração do Porto de Lisboa é a recuperação total da Ponte-Cais de Alcochete – recuperação dos problemas que existem na estrutura, nos pilares e no tabuleiro, substituição de pavimento, substituição dos corrimãos e, também, a colocação de novos candeeiros.

Como já inicialmente referido, estas obras iniciaram-se na semana passada, no dia 25 de março e prevemos todos (Câmara Municipal, Administração do Porto de Lisboa e a empresa que as vai executar) que as mesmas fiquem prontas até 30 de novembro de 2013, porque é nesse mesmo dia que cessam os apoios comunitários. Portanto, serão obras que, no seu conjunto, terão uma duração de pouco mais de 8 meses.

Esta obra, com IVA, vai ascender a um pouco mais de 2 milhões de euros, sendo que há aqui que distinguir os valores que serão suportados pela Administração do Porto de Lisboa e os valores que serão suportados pela Câmara Municipal de Alcochete: as obras da responsabilidade da Câmara Municipal e da Administração do Porto de Lisboa ascendem, praticamente, a 1 milhão de euros cada (um milhão de euros da responsabilidade da Câmara e um milhão de euros da responsabilidade da APL) sendo que a Câmara Municipal negociou, em devido tempo, com a Comissão Diretiva do QREN a percentagem da comparticipação e desse 1 milhão de euros, que corresponde ao encargo financeiro da Câmara Municipal. Teremos 80% de comparticipação de fundos comunitários portanto, só teremos um encargo financeiro direto de cerca de 200 mil euros. Assim, em relação a um investimento de 2 milhões de euros, que em muito vai beneficiar a vila de

Alcochete, a Câmara Municipal de Alcochete terá um esforço financeiro direto de cerca de 200 mil euros o que não pode deixar de ser um excelente negócio até pelo valor do nosso esforço direto, pelo valor da comparticipação de fundos comunitários e por termos sabido, em devido tempo, estabelecer uma parceria frutífera com a Administração do Porto de Lisboa. Este esforço foi acautelado em devido tempo e a Assembleia Municipal há cerca de dois anos (sob proposta da Câmara Municipal) autorizou a Câmara Municipal a contrair um empréstimo para suportar esse mesmo esforço financeiro.

São obras que vão embelezar, ainda mais, a vila de Alcochete mas não podemos esquecer que são obras que, para além desse fator, são necessárias: a atual muralha da avenida D. Manuel I está em colapso quase total. Ainda há cerca de 2 meses uma parte dessa muralha colapsou quase totalmente e existem sérias dúvidas de que a muralha conseguisse resistir a mais um inverno e, portanto, essas obras são absolutamente necessárias para impedir que a atual muralha colapsasse se as mesmas não se viessem a concretizar e, não estando numa situação tão grave, também a Ponte-Cais de Alcochete que é um ícone da paisagem da nossa vila, apresenta problemas, que se não fossem corrigidos no futuro, poderiam, também, colocar em risco a segurança da própria Ponte-Cais.

Vamos esperar, todos, que as obras decorram da melhor forma, sendo que haverá perturbações ao nível da circulação rodoviária na Frente Ribeirinha de Alcochete (durante as obras não se poderá passar na rua do Norte), haverá um momento de maiores dificuldades quando, para além da rua do Norte estar encerrada, também a avenida D. Manuel I estiver encerrada, mas tentaremos arranjar soluções para atenuar esses problemas.

Na última reunião de Câmara tinha comunicado aos senhores vereadores (nomeadamente aos senhores vereadores António Maduro e José Navarro) a hipótese de ser necessária a realização de uma reunião de Câmara extraordinária para tomar deliberações que se afigurassem necessárias para o início das obras mas chegámos à conclusão de que a Câmara Municipal (ou por mim ou pelo Chefe de Divisão) tem competência para aprovação quer do Plano de Segurança e Saúde, quer do Auto de Consignação Final e não houve necessidade de realização

de uma reunião de Câmara extraordinária, nem, sequer, necessidade de a Câmara Municipal voltar a deliberar sobre qualquer um destes assuntos e, por isso mesmo, a obra já se iniciou.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foram prestadas as seguintes informações:

1– Comemorações do Dia Internacional da Mulher

«No período de 8 a 10 de março, o concelho de Alcochete assinalou o “Dia Internacional da Mulher” com um programa diversificado de atividades culturais, desportivas e de animação.

No dia 8 de março, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia de Alcochete e Samouco percorreram os aglomerados urbanos e rurais do concelho na tradicional distribuição de flores às mulheres do concelho. Numa atividade que decorreu com grande entusiasmo e agradabilidade por parte da população feminina, este foi mais um verdadeiro momento de confraternização e de conversa entre a comunidade e os executivos do município.

Ainda neste dia, as mulheres da freguesia de São Francisco juntaram-se num jantar-convívio organizado pela junta de freguesia local, num momento de verdadeira confraternização e animação.

No dia seguinte (sábado, 9), a tónica assentou no desporto com a realização, na freguesia de São Francisco, de uma manhã desportiva que, no Centro Escolar de São Francisco, contou com a elevada participação de mulheres e crianças para convívios de ginástica, hip-hop, aulas de zumba fitness e de yoga e ainda com a inauguração do ginásio para ginástica especial nas antigas instalações da Escola Básica do 1.º Ciclo. A tarde começou também nesta freguesia com a realização de um passeio pedestre comemorativo, integrado no programa *Alcochet’Aventura* que,

partindo do largo 1.º de Maio, passou por alguns trilhos urbanos, e não só, desta freguesia.

Ainda na tarde de sábado, a cultura teve o seu ponto alto com a inauguração da exposição coletiva de pintura, escultura, fotografia, desenho e instalação do “Artéknusune – Grupo de Artistas Plásticos para a Promoção da Cultura e das Artes”, na sala de exposições do Fórum Cultural de Alcochete. Esta mostra, que aborda várias temáticas do universo feminino, integra 48 trabalhos, de 37 artistas, podendo ser visitada até ao dia 8 de junho.

As comemorações do “Dia Internacional da Mulher” terminaram no domingo, dia 10, nas juntas de freguesia de Samouco e Alcochete.

Na freguesia de Samouco celebrou-se a data com uma sessão evocativa organizada pela junta de freguesia local que, de entre outros momentos, contou com a estreia do Coro de Câmara da Associação Desportiva Samouquense, dirigido pela maestrina Gisela Santos.

A Junta de Freguesia de Alcochete, assinalou esta efeméride, na tarde do mesmo dia, com a exposição de desenhos de António Guerrero “Toda la Patria está en la mujer. Retratos de patriotas cubanas”, numa forte ação de solidariedade com Cuba pela exigência da libertação dos cinco cubanos, injustamente presos nos Estados Unidos da América.»

A Câmara tomou conhecimento.

2- Áurea (en)canta para um lotado Fórum Cultural de Alcochete

«Uma das artistas de maior reconhecimento nacional do momento, Áurea, esteve presente no Fórum Cultural de Alcochete, na noite do passado dia 23 de março, para um concerto que ficará para a memória de todos os presentes.

Interpretando vários temas dos seus dois registos de originais (“Áurea”, homónimo disco de estreia de 2010 e o mais recente “Soul Notes” do final de 2012), o público presente rendeu-se à sua banda e principalmente à sua poderosa e cativante voz, ao longo de cerca de 90 minutos.

Momentos como “Scratch my back”, “Busy (for me)”, “Start over” e “Nothing left to say” foram extraordinariamente marcantes, numa noite que ainda contou, já na reta final, com um “Okay Alright” com todos os músicos sentados à boca do palco e que, pelo meio, ainda teve “um cheirinho” de “Stand by me” de Ben E. King.»

A Câmara tomou conhecimento.

3– Oficina de expressão dramática encanta crianças no Passil

«A pausa letiva da Páscoa começou na localidade do Passil, entre os dias 18 e 20 de março, com a realização de uma oficina de expressão dramática, pensada e estruturada para as crianças desta localidade e que foi dinamizada por António Miguens, ator, coreógrafo e encenador.

A oficina contou com a participação de 15 crianças que de uma forma muito participativa e predisposta para a aprendizagem, trabalharam e desenvolveram atividades em torno de algumas técnicas elementares da expressão dramática: apresentação individual por meio da expressão vocal e corporal, exploração cinestética, técnicas de controlo de respiração, aquecimento de voz, exploração mímica de expressões, jogos de concentração e desenvolvimento relacional e dramatização livre.

No final, ficou a enorme satisfação demonstrada por todas as crianças presentes, percebendo-se, perfeitamente, o potencial que estas atividades e dinâmicas geram nesta camada da população do concelho.»

A Câmara tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Intervieram os seguintes munícipes:

D. Margarida Palma:

Informou que, há cerca de 15 dias, o Centro Comunitário do Passil foi assaltado. O alarme do mesmo não disparou e, apesar de terem feito reclamação junto da entidade prestadora do serviço, ainda não receberam qualquer resposta.

Solicitou, também, a colocação de grades na porta e na janela da frente do edifício para obviar a que situações do mesmo género voltem a acontecer, dado que os danos sofridos prejudicam as receitas de quem explora o bar da coletividade.

Referiu, também, entender existir um gasto de papel muito grande, por parte da escola primária do Passil, no que respeita aos trabalhos de casa dos alunos.

D. Sandra Marçalo:

Lamentou algumas situações que se passam na escola primária do Passil, como sejam, por exemplo, o mau aproveitamento escolar, o que leva a que os alunos quando saem desta escola, para o ciclo preparatório, não tenham a preparação necessária.

Solicitou, também, material para as crianças brincarem no recreio.

O senhor vereador José Luís dos Santos Alfélua referiu estranhar que o alarme não tenha sido acionado, responsabilizando a firma *Securitas* pelo acontecido. Relativamente à colocação das grades, dada a quantidade de janelas que a coletividade tem, não é fácil a sua concretização, para além de que os técnicos entendem que, esteticamente, não será a melhor opção mas sim, ser preferível

colocar as grades por dentro do edifício, pelo que irá, junto dos serviços, verificar que opção será a mais adequada.

O senhor presidente esclareceu que a Câmara, na qualidade de proprietária do imóvel, não vai colocar obstáculos quanto ao sistema de proteção a implementar.

O senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado alertou para o facto de não ser a reunião o espaço adequado para debater as questões ligadas à escola, mas sim, a própria escola, acrescentando ser imperiosa a criação da Associação de Pais e que, esta sim, é quem deve questionar e aguardar respostas. Mais afirmou que a Câmara Municipal tem dado todo o apoio à escola primária do Passil para que esta tenha acesso a tudo o que são aprendizagens novas, integradas com a escola, a comunidade e a autarquia. Salientou o grande avanço no facto de ter descido a média de abandono escolar, frisando a necessidade de construir uma estrutura de reflexão que abranja métodos de ensino e aprendizagem.

O presidente da direção da coletividade, José Maria Marneca, esclareceu, relativamente ao assalto que ocorreu, que não ficaram “de braços cruzados” tendo contactado a empresa *Securitas*, estando, neste momento, a decorrer a negociação para colocação de novos sensores.

Agradeceu, também, a realização da reunião de Câmara descentralizada neste local.

O presidente da assembleia geral, Isidoro Oliveira, referiu que em maio de 2012, no assalto que ocorreu nessa data, o alarme disparou e, por esse facto, a *Securitas* arquivou o processo, o que não aconteceu agora.

O presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, senhor Estêvão Boieiro, agradeceu a descentralização da reunião de Câmara, bem como a visita efetuada ao local.

O senhor presidente da Câmara agradeceu à Direção do Centro Comunitário do Passil na pessoa do seu presidente, a cedência do espaço, quer para a realização da reunião de Câmara, quer para o atendimento que foi efetuado durante o período da tarde.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:30 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.